

**Uni-FACEF
Centro Universitário**

**INCLUSÃO:
A INCLUSÃO DE ALUNOS PORTADORES DE NECESSIDADES
ESPECIAIS NAS ESCOLAS PÚBLICAS E PARTICULARES.**

**ELIANA MENDES LUIZ
JULIANO DE CASTRO SILVA
RITA DE CÁSSIA ROCHA**

FRANCA

**ELIANA MENDES LUIZ
JULIANO DE CASTRO SILVA
RITA DE CÁSSIA ROCHA**

**INCLUSÃO:
A INCLUSÃO DE ALUNOS PORTADORES DE NECESSIDADES
ESPECIAIS NAS ESCOLAS PÚBLICAS E PARTICULARES**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Letras do Uni-FACEF Centro Universitário de Franca para obtenção de Licenciatura Plena em Letras.

Orientadora: Prof^a.Ms. Adriana Aparecida Silvestre Gera.

**FRANCA
2008**

**ELIANA MENDES LUIZ
JULIANO DE CASTRO SILVA
RITA DE CÁSSIA ROCHA**

**INCLUSÃO:
A INCLUSÃO DE ALUNOS PORTADORES DE NECESSIDADES
ESPECIAIS NAS ESCOLAS PÚBLICAS E PARTICULARES.**

Franca, ____ de _____ de 200__.

Orientador(a): _____

Nome:

Instituição:

Examinador(a): _____

Nome:

Instituição:

Dedico aos meus amigos e companheiros, Juliano e Rita, pela dedicação, pelo respeito e pelo carinho; à minha mãe, Rosa, que onde estiver com certeza está muito feliz por eu ter concluído mais uma etapa da minha vida; ao meu pai, Sebastião, por ter sempre me incentivado e buscado o melhor para mim; à minha irmã, Sueli, ao meu sobrinho, Arthur, e ao meu namorado, Abrão, pelo carinho e pela ajuda.

Eliana Mendes Luiz

Dedico aos meus pais, Divaldo e Edna, pelo carinho, pela compreensão, e por sempre me apoiarem nas minhas escolhas; às minhas companheiras de TCC, Eliana e Rita, pelo carinho e pelo apoio; aos meus amigos de faculdade, pela amizade e pelo incentivo e aos meus irmãos, Joyce, Juliana, José e Júlio César, por sempre estarem ao meu lado nos momentos difíceis.

Juliano de Castro Silva

Dedico em primeiro lugar, a Deus e a Nossa Senhora, que iluminaram o meu caminho durante esta caminhada; aos meus pais, Itair e Fátima, pelo amor e pela estrutura familiar que me deram; ao meu namorado, Thiago, que de forma especial me deu força e coragem nos momentos de dificuldades e a todos os meus amigos pelo apoio e pela colaboração, principalmente os meus companheiros de TCC, Eliana e Juliano.

Rita de Cássia Rocha

AGRADECIMENTOS

Agradecemos:

- À nossa orientadora, a prof^a.Ms. Adriana Aparecida Silvestre Gera, pela paciência, pela atenção e pela orientação;
- Às professoras do curso de Letras do Uni-FACEF, pelo carinho e pela amizade;
- Aos nossos amigos de faculdade, principalmente a Karla e à Carolina, pela ajuda, pelo incentivo e pelo apoio;
- A Deus, por ter nos dado uma vida maravilhosa.

Quando eu te encarei frente a frente não vi o meu rosto, chamei de mau gosto o que vi, de mau gosto mau gosto, é que Narciso acha feio o que não é espelho, e a mente apavora o que ainda não é mesmo velho, nada do que não era antes quando não somos mutantes. E foste um difícil começo afastado o que não conheço e quem vende outro sonho feliz de cidade, aprende de pressa a chamar-te de realidade, porque és o avesso do avesso do avesso [...].

Caetano Veloso, Sampa.

RESUMO

A partir do convívio e de trabalhos realizados com alunos portadores de necessidades especiais nos estágios feitos em instituições de ensino públicas e privadas, este trabalho de conclusão de curso tem como objetivo analisar os fatores positivos e negativos da inclusão e mostrar os métodos utilizados pelos professores para com estes alunos. Fez-se uma pesquisa aprofundada sobre o tema, enfatizando-o desde o seu surgimento até os dias atuais, abrangeu-se os Projetos Políticos e Pedagógicos voltados para a Educação Especial, e foi realizada uma pesquisa de campo, onde os educadores do ensino regular puderam opinar e falar abertamente sobre o assunto, podendo assim, evidenciar aos leitores deste trabalho, como é maravilhoso conviver com a “diferença”, respeitando e aprendendo com suas qualidades, que por muitas vezes, em virtude do preconceito, se dissipa diante dos olhos da sociedade.

Palavras-Chave: inclusão; exclusão; diversidades; educação; alunos portadores de necessidades especiais.

ABSTRACT

From the living and work done with students with special needs in stages accomplished in public and private institutions, the conclusion of course study aims to analyze the positive and negative factors of inclusion and show the methods used by teachers to these students. A thorough research on the topic was made, emphasizing it since its creation until the present day, covered up the political and educational projects aimed at special education, a field research was developed, where teachers of regular education could think and speak openly about it, and also the present study has the objective to reveal to its readers, how wonderful is to live with the “difference”, respecting and learning from their qualities, which in many cases, because of prejudice, it dissipates in front of the society eyes.

Keywords: inclusion, exclusion, diversity, education, students with special needs.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1 HISTÓRIA DA INCLUSÃO	13
1.1 NO MUNDO	13
1.2 NO BRASIL	14
1.3 PROJETOS POLÍTICOS E PEDAGÓGICOS VOLTADOS PARA A EDUCAÇÃO ESPECIAL: DECLARAÇÃO DE SALAMANCA (1994) LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO (1996).....	16
2 MÉTODO	20
2.1 PARTICIPANTES.....	20
2.2 COLETA DE DADOS	20
2.3 ANÁLISE DE DADOS.....	20
RESULTADOS	21
CONSIDERAÇÕES FINAIS	34
REFERÊNCIAS	36
ANEXO	37

INTRODUÇÃO

O interesse pelo tema Inclusão surgiu através de estágios realizados em instituições de ensino públicos e particulares, entre o período de março à agosto deste mesmo ano, onde em suas salas de aulas foram encontrados alunos portadores de necessidades educacionais especiais convivendo com os demais alunos, como uma criança “normal”.

A inclusão é um processo que está ocorrendo nas escolas com o intuito de ajudar os alunos com necessidades especiais a se adaptarem ao meio escolar acompanhando o desenvolvimento intelectual e social juntamente com outras crianças, sejam elas portadoras de tais necessidades ou não.

Há uma grande discussão girando em torno deste tema, pois algumas pessoas acreditam que as crianças especiais precisam estudar em uma escola especial que atenda somente alunos portadores de necessidades especiais, enquanto outras possuem uma opinião totalmente diferente e acreditam que se esses alunos estiverem acompanhados com outras crianças ditas “normais” eles terão um melhor desempenho, tanto na aprendizagem quanto no relacionamento social.

A maior queixa dos professores que são colocados diante de um aluno portador de necessidade especial, é que eles não estão preparados tecnicamente, ou seja, não conhecem os métodos a serem utilizados em relação a estas crianças. Os profissionais de ensino acham que as universidades deveriam agregar em suas grades curriculares, áreas específicas para que os novos educadores não passem por dificuldades quando estiverem diante destes alunos com necessidades especiais.

Para um melhor atendimento sobre este assunto, utilizamos a leitura de artigos, livros, dissertações de mestrado e teses de doutorado que tratam sobre a inclusão de crianças especiais no ensino regular. Foi feita ainda uma pesquisa sobre a história e as leis da educação, e entrevistas com professores de instituições escolares públicas e particulares, enfatizando a importância da inclusão e não da exclusão, da aceitação do “ser diferente” e não do preconceito.

Tratou-se como objetivo, analisar o entrosamento de alunos portadores de necessidades especiais com outros alunos ditos “normais” em escolas regulares, o que remete a algumas questões: será que os professores destas escolas realmente estão preparados para participar dessa inclusão? Quais os métodos que as escolas públicas e particulares estão utilizando com estes alunos? E quais os pontos de vista desses professores quanto às necessidades especiais dos alunos inclusos?

Buscando responder a estas questões, este Trabalho de Conclusão de Curso mostra em sua pesquisa, os fatores positivos e negativos da inclusão de alunos especiais nas escolas públicas e particulares, além de apresenta um breve histórico da inclusão escolar no mundo e no Brasil.

1. HISTÓRIA DA INCLUSÃO

1.1. NO MUNDO

Segundo Mazzotta (1999), a educação especial começou a ser tratada no mundo a partir do século XVI por médicos e pedagogos. A princípio, a educação especial se destinava apenas àqueles que eram portadores de alguma deficiência, os quais eram tratados em ambientes distintos dos “normais”, como asilos e manicômios.

Desde a Antigüidade, as pessoas que apresentavam alguma deficiência sofriam preconceitos por parte de pessoas consideradas “normais”, as quais utilizavam a religião para discriminarem o “diferente”. De acordo com Mantoan (1998), estas pessoas acreditavam que todos os homens deveriam ser a imagem, semelhança de Deus, exilando assim, os que não possuíam essas características por não idealizarem a condição humana como perfeição física e mental.

Para Mantoan (1998), os portadores de necessidades especiais eram vistos também como a arte do demônio, enquanto os “normais”, até então considerados uma obra de Deus, desfrutavam de uma vida sem preconceitos.

Apesar de serem ignorados e taxados como inúteis pela sociedade, Mazzotta (1999) relata que eles mostraram que, como qualquer ser humano, possuíam sentimentos e uma inteligência diversificada, incentivando, assim, a criação da “educação especial” onde, em ambientes separados, progrediam cada um no seu ritmo.

Esta fase, sendo definida por Mazzotta (1999), como um período de segregação, foi justificada pela crença de que pessoas diferentes seriam mais bem cuidadas e protegidas se confinadas em um ambiente separado e, conseqüentemente, protegendo a sociedade dos “anormais”. Paralelamente à evolução asilar, a institucionalização da escolaridade obrigatória e a incapacidade da escola em responder pela aprendizagem de todos os alunos deram origem, já no século XIX, às classes especiais nas escolas regulares, para onde os alunos considerados difíceis passaram a ser encaminhados.

Sendo assim, Mazzotta (1999), acredita que o acesso à educação para portadores de deficiências foi sendo muito lentamente conquistado, na medida em que se ampliaram as oportunidades educacionais para a população em geral. Entretanto, tanto as classes quanto às escolas especiais somente proliferaram como modalidade alternativa às instituições residenciais depois das duas Guerras Mundiais.

Na metade do século XX, aparece uma resposta mais ampla da sociedade para os problemas da educação de crianças e jovens portadores de necessidades especiais que, para Mazzotta (1999), desencadeou o surgimento de centros de reabilitação que foram criados para o tratamento de soldados mutilados na guerra. Até a década de 1970, as provisões educacionais eram voltadas para jovens que sempre haviam sido impedidos de acessar a escola regular, ou para aqueles que até conseguiam ingressar, mas que passaram a ser encaminhados para classes especiais por não avançarem no processo educacional.

1.2. NO BRASIL

A inclusão da “educação de deficientes”, da “educação dos excepcionais” ou da “educação especial” na política educacional brasileira vem a ocorrer somente no final dos anos cinquenta e início da década de sessenta do século XX (MAZZOTTA, 1999, p. 27).

Nos países estrangeiros, a educação especial e inclusiva já se tornara conhecida, porém no Brasil, esta idéia iniciou-se no século XIX pelos conhecimentos adquiridos por governadores que se interessaram por esta educação voltada para portadores de necessidades especiais, tendo como base os países europeus. Para Mazzotta (1999), todo este mérito deve-se ao escritor José Álvares de Azevedo, que era cego e saíra do país para estudar em uma escola especial em Paris, no Instituto Real de Jovens Cegos, que começou a atender pessoas com necessidades visuais no século XVIII.

Depois de seis anos ininterruptos, dedicando-se inteiramente aos estudos, e justamente durante um período em que o invento de Louis Braille estava sendo experimentado, Mazzotta (1999) explica que o escritor voltou ao seu país de origem

como um brilhante ex-aluno da escola de Paris em 1850, com o propósito de difundir o Sistema Braille e com o ideal de poder criar uma escola para cegos, semelhante ao Instituto Real dos Jovens Cegos de Paris. José Álvares de Azevedo escreveu e publicou, na imprensa, artigos sobre as possibilidades e condições de pessoas cegas poderem estudar, sendo ele próprio um exemplo dessa realidade e tornou-se professor do Sistema Braille para pessoas cegas no Brasil, ensinando a ler e escrever a outras pessoas, tirando-as do analfabetismo.

A demonstração de como uma pessoa cega podia escrever e ler corretamente, pelo Sistema Braille, deixou, segundo Mazzotta (1999), o imperador interessado e sensibilizado, fazendo-o concordar imediatamente com a idéia e com a proposta de se criar uma escola para cegos, semelhante à escola de Paris, no Rio de Janeiro, delegando plenos poderes ao jovem professor. Esse ideal resultou na fundação do Imperial Instituto dos Meninos Cegos, depois Instituto Benjamin Constant, em 1891. Infelizmente, o seu idealizador não estava presente no dia da inauguração, pois morrera seis meses antes, no dia 17 de março de 1854, vítima de tuberculose. No entanto, o grande objetivo do jovem idealista tornava-se uma realidade e seu nome eternizado na mente dos deficientes visuais do Brasil. O Dr. Xavier Sigaud tornou-se o primeiro diretor do Instituto (1854-1856) e também morreu dois anos depois.

O atendimento escolar especial aos portadores de deficiência teve seu início, no Brasil, na década de cinquenta do século passado. Foi precisamente em 12 de setembro de 1854 que a primeira providência neste sentido foi concretizada por D. Pedro II. Naquela data, através do Decreto Imperial nº 1.428, D. Pedro II, fundou, na cidade do Rio de Janeiro, o Imperial Instituto dos Meninos Cegos (MAZZOTTA, 1999, p. 28).

A princípio, a educação especial beneficiava apenas aos cegos, surdos e mudos, situação que pendurou por um século. Mas Mazzotta (1999) conta que esta educação foi modificada na metade do século XX, passando a receber também, pessoas excepcionais, especiais e físicas.

De acordo com Mazzotta (1999), foram destacados dois períodos muito importantes para os portadores de necessidades especiais: O primeiro período ocorreu de 1854 a 1956, no qual foram criadas as iniciativas oficiais e particulares isoladas, sendo a maioria criada por médicos, pedagogos, professores e voluntários, inclusive, sem fins lucrativos. Destacam-se a APAE - (Associação de Pais e Amigos dos

Excepcionais), e a AACD – (Associação de Assistência à Criança Deficiente), que no início eram instituições particulares em que a maioria dos profissionais eram voluntários, mas que atualmente se tornaram instituições governamentais.

O segundo período, de 1957 a 1993, caracterizou-se por iniciativas oficiais de âmbito nacional, sendo inclusive, objeto de estudo de Mazzotta (1999, p. 49), “pelo governo federal, com a criação de campanhas especificamente voltadas para este fim” em auxílio de pessoas portadoras de necessidades especiais.

Inclusive a Constituição Federal de 1988 e as Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei n.9.394/96 – estabelecem que a educação é direito de todos e que as pessoas com necessidades educacionais especiais devem ter atendimento educacional “preferencialmente na rede regular de ensino”, garantindo atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência. No entanto a Legislação, ao mesmo tempo em que ampara a possibilidade de acesso à escola comum, não define obrigatoriedade e até admite a possibilidade de escolarização que não seja na escola regular.

Porém é nítido, segundo Mazzotta (1999), que a educação especial no Brasil não progride devido às grandes mudanças que ocorrem nas campanhas políticas, ou seja, com as trocas constantes de governantes, esses projetos se modificam ou simplesmente deixam de existir.

1.3. PROJETOS POLÍTICOS E PEDAGÓGICOS VOLTADOS PARA A EDUCAÇÃO ESPECIAL: DECLARAÇÃO DE SALAMANCA (1994) E LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO (1996)

Mazzotta (1999) ressalta em suas pesquisas e publicações que desde a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação, promulgada em 1961 (lei n° 4.024/61), afirmava-se o direito a educação de pessoas portadoras de necessidades especiais a fim de integrá-las ao sistema geral de educação, ou seja, ao ensino regular.

Para se concretizar tais direitos, a nova lei de Diretrizes e Bases de 1996 estabeleceu três artigos (artigos 58, 59 e 60) que se referem à Educação Especial nos seguintes termos:

Art. 58. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais.

§ 1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial.

§ 2º O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular.

§ 3º A oferta de educação especial, dever constitucional do Estado, tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil (MEC, 1996, p. 21).

De acordo com Brandão (2007), o artigo 58 explicita a concepção de Educação Especial, onde ela deve ocorrer e como deverá ser oferecida, salientando a oferta de serviços de apoio especializado na escola regular, propiciando, assim, que a inclusão ocorra desde a educação infantil.

Art. 59. Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais:

I - currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades;

II - terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados;

III - professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns;

IV - educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora;

V - acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível do ensino regular (MEC, 1996, p. 21 e 22)

Brandão (2007) salienta que o artigo 59 versa sobre as condições da oferta de Educação Especial aos educandos portadores de necessidades especiais, salientando que a escola deverá ter uma organização específica, ou seja, métodos, técnicas e recursos educativos adequados, assim como professores capacitados para facilitar a integração destes alunos nas classes regulares.

Art. 60. Os órgãos normativos dos sistemas de ensino estabelecerão critérios de caracterização das instituições privadas sem fins lucrativos, especializadas e com atuação exclusiva em educação especial, para fins de apoio técnico e financeiro pelo Poder Público.

Parágrafo único. O Poder Público adotará, como alternativa preferencial, a ampliação do atendimento aos educandos com necessidades especiais na própria rede pública regular de ensino, independentemente do apoio às instituições previstas neste artigo (MEC, 1996, p. 22).

Segundo Brandão (2006), neste artigo, cabe ao governo apoiar instituições escolares independente de qual seja a instituição, ensino publico ou privado, buscando atendimento especial aos que deles necessitam.

Mesmo se cumpridas essas leis, para Mazzotta (1999), ainda há um descaso ao longo da história, estigmatizando pessoas com diferenças individuais acentuadas. Essa situação ainda não foi superada, mesmo com a Declaração de Salamanca de 1994, que afirma que toda criança possui características, interesses, habilidades e necessidades de aprendizagem que lhe são próprias.

Nós, os delegados de Conferência Mundial de Educação Especial, representando 88 governos e 25 organizações internacionais em assembléia aqui em Salamanca, Espanha, entre 7 e 10 de junho de 1994, reafirmando o nosso compromisso para a Educação para todos, reconhecendo a necessidade e urgência do providenciamento de educação para as crianças, jovens e adultos com necessidades educacionais especiais dentro do sistema regular de ensino e re-endossamos a Estrutura de Ação em Educação Especial, em que, pelo espírito de cujas provisões e recomendações governo e organização sejam guiados (UNESCO,1994, p. 1).

Nós também congregamos a comunidade internacional; em particular, nós congregamos: - governos com programas de cooperação internacional, agências financiadoras internacionais, especialmente as responsáveis pela Conferência Mundial de Educação para Todos, UNESCO, UNICEF, UNDP e o Banco Mundial (UNESCO,1994, p. 2).

Se a declaração de Salamanca for seguida corretamente, de acordo com Mazzotta (1999), ela contribuirá muito para um ensino de qualidade para pessoas portadoras de necessidades especiais. As crianças com necessidades especiais têm direito à educação em comunidades escolares inclusivas, beneficiando-se dos apoios necessários ao seu desenvolvimento possível.

Na implantação da Declaração de Salamanca sobre princípios, Políticas e práticas em Educação Especial. A Estrutura de Ação baseia-se fortemente na

experiência dos países participantes e também nas resoluções, recomendações e publicações dos sistemas das Nações Unidas e outras organizações intergovernamentais, especialmente o documento 'Procedimentos-Padrões na Igualização de Oportunidades para pessoas Portadoras de Deficiência' (UNESCO, 1994, p. 3).

A Declaração de Salamanca, por ser um documento claro e exigente quanto aos deveres de uma escola inclusiva, ampliou, segundo Mazzotta (1999), o conceito de necessidades educacionais especiais, incluindo todas as crianças que não estejam conseguindo se beneficiar com a escola, seja qual for o motivo.

O princípio que orienta esta Estrutura é o de que escolas deveriam acomodar todas as crianças independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, lingüísticas e outras. No contexto dessa Estrutura, o termo "necessidades educacionais especiais" refere-se a todas aquelas crianças ou jovens cujas necessidades educacionais especiais se originam em função de deficiências ou dificuldades de aprendizagem (UNESCO, 1994, p. 3).

Assim, além de crianças portadoras de necessidades especiais, as escolas passaram a incluir crianças que estejam passando por dificuldades temporárias ou permanentes nas escolas, as que vivem em condições de extrema pobreza, vítimas de guerra ou de conflitos armados e as que sofrem abusos contínuos físicos, emocionais e sexuais. Mazzotta (1999) acredita que a preocupação maior é incluir todas as crianças que se encontram fora das escolas.

Educação Especial incorpora os mais do que comprovados princípios de uma forte pedagogia da qual todas as crianças possam se beneficiar. Ela assume que as diferenças humanas são normais e que, em consonância com a aprendizagem, deve ser adaptada às necessidades da criança, ao invés de se adaptar à criança, às assunções pré-concebidas a respeito do ritmo e à natureza do processo de aprendizagem. Escolas centradas na criança são, além do mais, a base de treino para uma sociedade baseada no povo, que respeita tanto as diferenças quanto a dignidade de todos os seres humanos (UNESCO, 1994, p. 4).

As escolas regulares estão se tornando o meio mais eficaz de combater atitudes discriminatórias, o que, para Mazzotta (1999), ajuda na criação de comunidades acolhedoras, formando uma sociedade inclusiva e tornando possível a educação para todos. Além disso, a maioria das crianças consegue uma escolaridade adequada às suas capacidades e ao seu ritmo de aprendizagem.

2. MÉTODO

2.1 PARTICIPANTES

Abrangendo o tema inclusão desde o seu surgimento no mundo, depois sobre a sua vinda para o Brasil e feita uma breve explicação comentando sobre as leis que esta abdica, foi realizada uma pesquisa de campo. Participaram dessa pesquisa cinco professoras, sendo duas de instituições de ensino particulares e três de instituições de ensino públicas da cidade de Franca, sendo que uma delas é a responsável por uma Sala de Recursos que atende somente alunos portadores de necessidades especiais.

2.2 COLETA DE DADOS

Os dados foram coletados através de um questionário no período de agosto à outubro deste ano, elaborado por nós alunos com a ajuda de nossa orientadora (anexo), contendo oito perguntas para que elas respondessem comentando os aspectos positivos e negativos da inclusão de alunos portadores de necessidades especiais nas escolas regulares. O mesmo foi, posteriormente, recolhido.

2.3 ANÁLISE DOS DADOS

Após a coleta de dados, as respostas dadas pelas professoras foram individualmente e qualitativamente analisadas. Para que seja entendida a análise realizada, as instituições públicas foram denominadas Escola A e Escola B, as duas instituições particulares Escola C e Escola D e a Sala de Recursos permaneceu com a mesma denominação, salientando que a mesma se encontra em uma escola pública.

RESULTADOS

Os resultados apresentados a seguir se referem à análise qualitativa das respostas dadas pelas professoras às oito perguntas sobre a inclusão de alunos portadores de necessidades especiais nas classes regulares da rede de ensino.

A tabela a seguir mostra as respostas que foram dadas pelas professoras à questão de número 1: **“Como você define a Inclusão? Opine comentando os fatores positivos e negativos”**.

Tabela 1 Respostas referentes à primeira questão.

Escola	Respostas das Professoras
Escola (A)	“A inclusão é um movimento mútuo onde não só o aluno tem que se adaptar a escola, mas também, a escola e a comunidade se adaptam às necessidades do educando”.
Escola (B)	“É incluir o aluno com necessidades especiais no ensino regular, em uma sala dita ‘normal’. O positivo seria a socialização da criança especial, o estimulando a vencer novos desafios, fazendo-a se sentir cada vez mais capaz e também o aprendizado dos outros alunos em lidar com o “diferente” e deixar os preconceitos de lado, etc. O negativo, por outro lado, pode acontecer o inverso, pois este aluno se depara com professores não preparados, colegas preconceituosos e sem paciência, a falta de profissionais na escola como: fisioterapeutas, fonoaudiólogos, psicólogos etc”.
Escola (C)	“Acho que a inclusão é muito importante para o desenvolvimento intelectual e social da criança portadora de necessidades especiais, só que ela tem que ser de total interação escola-família sociedade”.

Escola (D)	“Inclusão escolar é o ingresso de pessoas portadoras de necessidades especiais que freqüentam salas de aula comum, e que aprendem pedagogicamente e socialmente o processo educativo. O positivo é que o grupos ‘cresce’ diante das diferentes realidades existentes, tornam-se mais solidários e comprometidos com o próximo. O negativo é que sinto que alguns pais não oferecem apoio para o professor”.
Sala de Recursos	“A inclusão é a idéia de que todos os meninos e meninas de uma comunidade tenham o direito de se educar juntos. Uma escola que não peça requisitos para ingresso, uma escola que não selecione as crianças. A inclusão não é uma ação da Educação Especial. É da escola comum. E o principal desafio da escola inclusiva é desenvolver uma pedagogia centrada na criança capaz de educar a todos, sem discriminação, uma escola que dê conta da diversidade e ofereça respostas adequadas às suas características e necessidades”.

De acordo com as respostas acima, concluiu-se que os professores, tanto da rede pública como os das escolas particulares, estão comprometidos com a inclusão. Os mesmos acreditam que a inclusão é de extrema importância para o desenvolvimento social, não só das crianças portadoras de necessidades especiais como das demais.

Conforme os resultados da pesquisa, fica claro que os professores estão cientes do que é a inclusão, acreditando que ela se realiza com a chegada de pessoas portadoras de necessidades educacionais especiais à uma sala “comum”. Ressaltam como ponto positivo, a interação entre as diferenças e, como ponto negativo, a falta de apoio de alguns pais que não colaboram com a inclusão, dificultando o processo, e a falta de preparo de alguns professores.

A tabela abaixo mostra as respostas dadas pelas professoras à questão de número 2: **“Para você, o que é um aluno portador de necessidades especiais?”**.

Tabela 2: Respostas referentes à segunda questão.

Escola	Respostas das Professoras
Escola (A)	“Necessidades educacionais especiais podem ser identificados em diversas situações de dificuldades de aprendizagem, como decorrência de condições individuais e econômicas ou socioculturais dos alunos”.
Escola (B)	“É o aluno que possui uma certa deficiência em seu corpo (física ou mental), mas, por outro lado, tem dons e habilidades que podem ser trabalhados e aproveitados para o bem da sociedade e para seu crescimento como ser humano que é”.
Escola (C)	“São aqueles que necessitam de um atendimento pedagógico e emocional diferenciado”.
Escola (D)	“É aquele que necessita de uma atenção especial no espaço físico, no pedagógico e afetivo”.
Sala de Recursos	“São pessoas que possuem habilidades e competências diferentes, que possuem expressões culturais e marcas sociais próprias. São aqueles que por alguma espécie de limitação requerem certas modificações ou adaptações no programa educacional. Essas limitações podem decorrer de problemas visuais, auditivos, mentais ou motores, bem como de condições ambientais desfavoráveis”.

Os educadores frisam que não são somente os alunos que apresentam características visíveis que são considerados portadores de necessidades especiais, mas também aqueles que por algum motivo requerem algum acompanhamento diferenciado dos demais alunos ditos “normais”.

Alunos aparentemente considerados “normais” também podem ser portadores de necessidades especiais, dependendo do nível de desenvolvimento cognitivo, da sua forma de agir socialmente com outras pessoas e pelo grau de dificuldade apresentada por eles, tanto na escola quanto na interação com outras pessoas, ou seja, necessidade especial vai além da aparência externa.

No intuito de compreender como funciona o processo de adaptação dos alunos portadores de necessidades especiais, quando estes são transferidos de uma escola especial para uma escola regular, foi elaborada a questão de número 3: **“Já houve ou ainda há alguma criança portadora de necessidades especiais que veio para esta escola, vinda de uma classe especial? Se sim, conte-nos como foi a adaptação”**. A tabela abaixo mostra as respostas dadas pelas professoras a esta questão.

Tabela 3 Respostas referentes à terceira questão.

Escola	Respostas das Professoras
Escola (A)	“Sim, tive duas, uma veio da APAE, adaptou-se muito bem, e é uma aluna muito esforçada, e a outra aluna que tem deficiência visual, adaptou-se muito bem também, que mesmo não morando em Franca, vem todos os dias para a escola.”
Escola (B)	“Eu tive um aluno deficiente visual e tenho uma aluna que apresenta grande deficiência na escrita e defasagem de idade, mas vieram de escolas regulares, e alguns professores não estavam preparados para recebê-los e não souberam lidar com

eles no começo, mas depois tiraram de letra, principalmente com o deficiente visual”.

Escola (C)	“Sim, a adaptação foi tranqüila, pude contar com a ajuda da família e o apoio pedagógico da escola”.
------------	--

Escola (D)	“Sim, a adaptação foi tranqüila, pude contar com o apoio da direção e coordenação”.
------------	---

Sala de Recursos	“Sim, trabalho em uma escola em uma sala de recurso que se encontra alunos com várias necessidades especiais, já estou habituada a receber esses alunos, assim não encontramos nenhum obstáculo, pois tudo acontece de maneira natural e solidária”.
------------------	--

De acordo com o relato das professoras participantes da pesquisa, verificou-se que em todas as classes foram encontrados alunos portadores de necessidades especiais. Percebeu-se também que, para estas professoras, a adaptação destes alunos foi tranqüila, mesmo quando houve a integração de alunos vindos da APAE, onde estavam acostumados a conviver somente com colegas portadores de necessidades educacionais especiais.

De acordo com o comentário dos educadores, com a ajuda dos diretores e coordenadores pedagógicos e da família, a adaptação destes alunos ocorre de uma maneira tranqüila, havendo um grande esforço de todos para que estes alcancem seus objetivos, evoluindo cada um no seu ritmo.

É imprescindível no trabalho com alunos portadores de necessidades educacionais especiais que o professor tenha, a princípio, algum conhecimento ou estudo sobre o assunto. Com o intuito de verificar se, durante a formação acadêmica, estas professoras receberam alguma preparação, foi elaborada a questão de número 4:

“Em sua formação você recebeu alguma preparação para trabalhar com pessoas portadoras de necessidades especiais?”.

Tabela 4 Respostas referentes à quarta questão.

Escola	Respostas das Professoras
Escola (A)	“Infelizmente não, mas em minha opinião deveria ser obrigatório que tivesse em todas as universidades aulas voltadas ao assunto”.
Escola (B)	“Na faculdade não, mas fiz um curso em Batatais de 150 horas, feito na APAE desta cidade”.
Escola (C)	“Sim, só que foi bem superficial, se tivesse tido aulas mais aprofundadas e elaboradas, não tinha passado pelas dificuldades que tive no começo”.
Escola (D)	“Sim, entretanto, sinto que todo profissional deve procurar cada vez mais informações e experiências com o objetivo de aprimorar seus conhecimentos”.
Sala de Recursos	“Eu fiz especialização em deficiência visual e pós-graduação em Educação Especial”.

Diante das respostas, comprova-se que nenhuma professora, recebeu em sua graduação de licenciatura um suporte aprofundado para poder trabalhar com alunos portadores de necessidades especiais e verificou-se que, após a graduação, procuraram cursos específicos para ampliarem o seu conhecimento e assim, não

passarem por dificuldades ao lidarem com estes alunos que necessitam de uma atenção diferenciada.

Segundo comentários das participantes da pesquisa, todas as instituições de ensino deveriam ter em suas grades curriculares aulas sobre o assunto, mostrando aos novos educadores diferentes maneiras de se trabalhar com estes alunos que infelizmente carecem de profissionais capacitados para os auxiliarem.

Diante do fato de que a falta de preparo, durante a graduação, ocasiona dificuldades aos recém-formados quando estes se deparam com alunos portadores de necessidades especiais, perguntou-se às professoras dicas de como lidar com tais situações. A tabela abaixo mostra as respostas dadas pelas professoras à questão de número 5: **“Que dicas você daria a um professor recém-formado que em sua sala se encontra com um aluno portador de necessidades especiais?”**.

Tabela 5 Respostas referentes à quinta questão.

Escolas	Respostas das Professoras
Escola (A)	“Estudar, procurar ajuda, solicitar apoio da sala de recursos com professor especializado e acima de tudo muito boa vontade!”.
Escola (B)	“Que ele pesquise, procure formas de aprender a ensinar, a lidar com as deficiências desse aluno e valorizar seu potencial”.
Escola (C)	“A primeira dica que eu considero importante é a aceitação, depois estudar, pesquisar, buscar maneiras de incluir a criança no processo em sala de aula, sem que o professor se sinta fracassado”.
Escola (D)	“Primeiro, buscar ‘olhar’ de que aquele aluno é como outro qualquer, apenas com ritmos e limitações diferenciados, sendo

assim, aceitação, paciência, amor e ainda buscar informações para um melhor desempenho com este aluno”.

Sala de Recursos	<p>“Aceitação, encarar o desafio com responsabilidade e interesse. Buscar meios e recursos para melhor atender esses alunos. A oficina pedagógica da Delegacia de Ensino está cada dia mais capacitada, pois os ATPs (Assistentes Técnico-Pedagógicos) estão constantemente sendo capacitados para auxiliar nesse processo de inclusão”.</p>
------------------	--

As respostas à esta pergunta apontam que as professoras sugerem que a melhor maneira de lidar com alunos portadores de necessidades especiais é aceitando o “diferente”, com paciência, amor e carinho sempre procurando informações sobre cada necessidade especial, seja ela aparente ou não.

A análise aponta que todos os participantes da pesquisa concordam que receber, em sua sala de aula, um aluno portador de necessidades especiais é uma tarefa difícil que impõe a este professor, pesquisar, fazer cursos especializados na área, e nunca parar de adquirir conhecimentos sobre qualquer tipo de necessidade especial, para assim, ajudar no desenvolvimento deste aluno, aumentando cada vez mais o seu potencial na escola.

Infelizmente, o preconceito em relação aos indivíduos portadores de necessidades especiais ainda é presente em nossa sociedade. Com o intuito de verificar como é a relação desses alunos com os alunos considerados “normais”, foi perguntada aos educadores a questão de número 6: **“Como é a relação da criança portadora de necessidades especiais com os demais alunos e com os professores?”**.

Tabela 6 Respostas referentes à sexta questão.

Escola	Respostas das Professoras
Escola (A)	“Uma relação de cooperação, amizade e muito carinho”.
Escola (B)	“Se ela for bem acolhida e valorizada como ser humano capaz de produzir algo, a relação será de abertura, mas se o profissional não tiver abertura, a criança pode fechar-se em seu próprio mundo a até ‘desaprender’ o que foi trabalhado em APAE ou outra instituição”.
Escola (C)	“Acredito que a sala inclusiva se torna ‘especial’, amorosa, caridosa, mais humana, pois as crianças aprendem no dia a dia a importância de ajudarmos uns aos outros”.
Escola (D)	“Percebo uma ótima relação, há um comprometimento da classe e de todos aqueles que de certa maneira atuam direta ou indiretamente com os portadores de necessidades especiais. As dificuldades humanizam os indivíduos”.
Sala de Recursos	“São pessoas que possuem habilidades e competências diferentes, que possuem expressões culturais e marcas sociais próprias. São aqueles que por alguma espécie de limitação requerem certas modificações ou adaptações no programa educacional. Essas limitações podem decorrer de problemas usuais, auditivos, mentais ou motores, bem como de condições ambientais desfavoráveis”.

Como citado por uma das professoras, “as dificuldades humanizam os indivíduos”, e essa humanização se dá com o aceitar das diferenças e aprender a conviver com elas.

Verificou-se, nas escolas pesquisadas, que há uma boa interação e um grande companheirismo entre os alunos, em especial numa escola regular, onde foi possível avistar uma aluna com deficiência visual escrever em uma máquina de Braille, a partir do auxílio de sua companheira de sala, que lhe ditava o texto escrito pela professora. Infelizmente, a professora responsável pela Sala de Recursos, por motivos desconhecidos, respondeu a esta questão utilizando a mesma resposta da questão 2.

Para trabalhar com alunos portadores de necessidades especiais é necessário possuir equipamentos adequados e estratégias diferenciadas. A tabela abaixo indica as respostas dadas pelas professoras à questão de número 7: **“Quais os procedimentos que você utiliza para contribuir na educação do aluno portador de necessidades especiais?”**.

Tabela 7 Respostas referentes à sétima questão.

Escola	Respostas das Professoras
Escola (A)	“Materiais adaptados em relevo, com texturas, ampliados e transcritos em Braille. Vale dizer que a exploração tátil é de fundamental importância para que o aluno deficiente visual consiga aprender”.
Escola (B)	“Primeiro procuro fazer um diagnóstico do grau de aprendizagem deste aluno e a partir do ponto em que ele se encontra, mesmo que não esteja no mesmo grau dos outros da sala, pois tenho que trabalhar as possibilidades dele, valorizando suas eficiência, elogiando cada progresso, propondo que a cada passo ele avance mais”.

Escola (C)	“Ao incluir um aluno deve-se contribuir para que ele se sinta como os demais, portanto, procuro oferecer um tratamento natural, logicamente atendendo suas necessidades sem dar ‘destaque’ à sua pessoa”.
Escola (D)	“Procuro trabalhar de forma diferenciada, sem tornar o aluno o centro das atenções”.
Sala de Recursos	“Adaptações, complementações e suplementação de atividades pedagógicas, transcrições para o Braille e vice-versa, cálculos com sorobran”. (Sorobran é uma máquina usada por alunos com deficiência visual para aulas de matemática).

A partir das respostas dadas, nota-se que todos os educadores trabalham da mesma maneira com todos os alunos, sejam eles portadores de necessidades especiais ou não. Mesmo quando o professor cria aulas adaptadas ao aluno especial, este não o trata diferente, para que o mesmo se sinta como os demais. A maior preocupação destes professores é fazer com que o aluno incluso não se sinta excluído por ser diferente, e mostrar as outras crianças como é importante ajudar uns aos outros, sem se importarem com as diferenças.

Ao receber um aluno portador de necessidades especiais em sua instituição, a escola deve possuir equipamentos necessários para facilitar a vida deste estudante. A tabela a seguir mostra os recursos disponíveis nas escolas pesquisadas através das respostas dadas pelas professoras à questão de número 8: **“A escola que você trabalha possui recursos para atender os alunos com equipamentos necessários?”**.

Tabela 8 Respostas referentes à oitava questão.

Escola	Respostas das Professoras
Escola (A)	“Em partes possui. Nossa escola tem banheiros adaptados, tem lupas, máquinas Braille. Faltam alguns materiais de consumo diário: lixas, papéis com texturas, E.V.A.”.
Escola (B)	“Para o aluno com deficiência visual tem alguns materiais que o governo está mandando e para a outra aluna falta um pouco, bem como outros profissionais capacitados”.
Escola (C)	“Temos um grande apoio pedagógico, através da Coordenadora e também da diretoria da escola caminhamos juntos com a parceria da família, para o desenvolvimento da criança”.
Escola (D)	“Sempre recebi apoio pedagógico da Direção e Coordenação, até o presente momento não recebi nenhum aluno com deficiência auditiva ou deficiências visual, que necessitasse de equipamentos especiais, mas com a preocupação que a escola tem em atender seus alunos com muita atenção, não seria diferente com os portadores de necessidades especiais”.
Sala de Recursos	“Sim, a sala de recursos está equipada com lupas, livros em Braille, máquinas Braille e com soroban”.

Todas as escolas pesquisadas possuem alguns recursos para receber os alunos portadores de necessidades especiais. Porém, em nenhuma escola foram encontrados, em seus acervos de materiais didáticos, todos os equipamentos necessários para atender as necessidades desses alunos.

A Sala de Recursos, se comparada às outras, se mostrou mais preparada para receber todos os tipos de portadores de necessidades especiais, possuindo todos

os equipamentos necessários para melhor atendê-los, porém notou-se que somente em uma das escolas, a qual é “pública”, a infra-estrutura se mostra adequada a receber qualquer tipo de portadores de necessidades especiais, pois além de contar com uma Sala de Recursos, onde o aluno frequenta horário contrário ao de sua aula, ele pode contar com todos equipamentos necessários, inclusive para cadeirantes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As pessoas portadoras de necessidades especiais sofrem com o preconceito desde a antiguidade, uma vez que eram consideradas criações do demônio, e por serem “diferentes” eram sacrificadas ou isoladas pela população. Com a ampliação das oportunidades educacionais e a institucionalização da obrigatoriedade da escolaridade até os 14 anos para a população em geral, os educandos portadores de necessidades especiais tiveram um incentivo a mais para lutar por seus direitos e, assim, conquistar o espaço que sonhavam ter dentro da sociedade. Felizmente, eles conseguiram esse espaço e atualmente há nas leis como na LDB (Lei de Diretrizes e Bases) e na Declaração de Salamanca, artigos voltados especificamente para garantir o acesso e a permanência dos portadores de necessidades educacionais especiais, seja em instituições de ensino especializadas, ou em instituições de ensino regulares.

Pautado nas leis e idealizando uma educação igual para todas as pessoas, o governo deu início ao processo de inclusão para que as crianças portadoras de necessidades especiais pudessem conviver juntamente com os outros alunos e desfrutassem dos mesmos direitos que as crianças consideradas “normais”.

A partir dos estudos e das análises realizadas neste Trabalho de Conclusão de Curso, pode-se concluir que a inclusão de pessoas portadoras de necessidades especiais nas escolas regulares se tornou de extrema importância para o desenvolvimento, não só dos alunos especiais, como para os demais. Ao conviver com o “diferente”, a criança considerada “normal” trabalha a paciência, o respeito pelo próximo, o companheirismo e se torna um ser humano respeitador, longe de preconceitos.

Segundo os dados coletados nesta pesquisa, nas instituições de ensino, notou-se que tanto as escolas públicas como as particulares se preocupam em adquirir materiais especializados para ajudarem no desenvolvimento do aluno incluso, acreditando que com muito amor, carinho, compreensão e com aulas bem elaboradas, elas estarão ajudando na progressão deste aluno.

Apesar de muitos professores não se sentirem preparados para exercer tal função, pois não tiveram na sua formação acadêmica um curso especializado no

assunto, eles concordam com a inclusão desses alunos na rede regular de ensino, acreditando que todo ser humano, independente da cor, da situação financeira, tendo alguma necessidade especial ou não, possui direitos iguais, devem conviver juntos e que ao invés de enfatizar suas dificuldades, é necessário focar suas potencialidades.

REFERÊNCIAS

BRANDÃO, C. F. *LDB Passo a Passo – Lei de Diretrizes e Bases da educação Nacional Comentada e Interpretada Artigo por Artigo*. 3.ed. São Paulo: AVERCAMP, 2007. 191 p.

MANTOAN, M. T. E. Integração X inclusão – Educação para todos. *Pátio: Revista Pedagógica*. Porto Alegre: Artmed, n. 5, maio/jul. 1998.

MAZZOTA, M. J. da S. *Educação especial no Brasil: história e políticas públicas*. 2.ed. São Paulo: Cortez, 1999. P.27-131.

MEC. *Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96*.

UNESCO. Ministério da Educação e Ciência da Espanha. *Declaração de Salamanca: sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais*. Salamanca: UNESCO, 1994.

ANEXO

ENTREVISTA

- 1) Como você define a Inclusão? Opine comentando os fatores positivos e negativos.
- 2) Para você o que é um aluno portador de necessidades especiais?
- 3) Já houve ou ainda há alguma criança portadora de necessidades especiais que veio para esta escola, vindo de uma sala especial? Se sim, conte-nos como foi a adaptação.
- 4) Em sua formação você recebeu alguma preparação para trabalhar com pessoas portadoras de necessidades especiais?
- 5) Que dicas você daria a um professor recém-formado que em sua sala se encontra um aluno portador de necessidades especiais?
- 6) Como é a relação da criança portadora de necessidades especiais com os demais alunos e os professores?
- 7) Quais os procedimentos você utiliza para contribuir na educação do aluno portador de necessidades especiais?
- 8) A escola que você trabalha possui recursos para atender os alunos com equipamentos necessários?